

Câmara de Vereadores seguirá com sessões itinerantes

A ação terá continuidade em virtude das obras de reforma, que estão sendo realizadas no Plenário da Casa

Redação com Assessoria
redacao@diariodosudoeste.com.br

Na sessão dessa quarta-feira (1º), foi lido o Projeto de Resolução nº 3, de 2023, que pretende prorrogar o programa “Câmara Itinerante”, uma vez que o plenário da Câmara Municipal

de Pato Branco segue em reforma, visando a adequação de sua estrutura e melhoria de acessibilidade.

A sessão de ontem, realizado no Centro Universitário Mater Dei (Unimater), foi a sétima na modalidade itinerante, que também ocorreu no Largo da Liberdade, Delegacia da Mulher, Associação Empresarial de Pato Branco (Acep), Centro Universitário de Pato Branco (Unidep), Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e Sindicato Patronal do Comércio Varejista de Pato Branco e Região (Sindicómércio).

Para a apreciação do

Projeto de Resolução, serão realizadas duas sessões Extraordinárias, no Largo da Liberdade, na quinta e sexta-feira (2 e 3) respectivamente, a partir das 18h.

Em sendo aprovado o projeto, as próximas sessões serão realizadas no CEU das Artes e dos Esportes, no bairro Sudoeste, na segunda-feira (6), e, novamente, no Largo da Liberdade, nos dias 8 e 13 deste mês.

Aprovações

Na sessão também foram aprovados 11 projetos de lei, todos em segunda votação, entre eles, o Projeto de Lei nº 182, de 2022, de



Sessão dessa quarta, foi realizada no auditório do Unimater

autorização da vice-prefeita Angela Padoan, que estende em 60 dias a licença maternidade, conforme previsto no art. 7º, XVIII, da Constituição Federal (passando

de 120 para 180 dias). De acordo com a Mensagem do Executivo, a Licença Maternidade de 180 dias já é concedido pela iniciativa privada e pelo Poder Público

Federal e Estadual, restando apenas ser regularizado no âmbito municipal.

Foram apresentados ainda cinco indicações e 30 requerimentos.

Secretaria da Mulher e Consepir debatem políticas de promoção à igualdade racial

AEN

A secretária da Mulher e Igualdade Racial, Leandre dal Ponte, e a diretora de Igualdade Racial, Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais da pasta, Clemilda Santiago, participaram na quarta-feira (1º) da primeira reunião do ano do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial (Consepir), no Palácio das Araucárias. Pelo Consepir, estiveram presentes o presidente, Saul Dorval da Silva, e Maíara de Almeida Abreu, Isabella Augusto, Denis Demilto, Luzia Messias da Silva, Eduardo Filho e Henrique Lopes.

As representantes da

Secretaria e do Conselho debateram o Fundo da Igualdade Racial, o Plano de Ação da Diretoria de Igualdade Racial e a 5ª Conferência de Igualdade Racial, realizada em Maringá no ano passado, que resultou em algumas demandas específicas, como a criação de conselhos municipais nessa área. O colegiado também apresentou à Secretaria da Mulher e Igualdade Racial algumas prioridades, como a construção de uma sede própria e reivindicações orçamentárias.

“Tive a oportunidade de conhecer ainda mais sobre o trabalho realizado pelo Consepir e debater temas relevantes e urgentes de pro-



Primeira reunião do ano do Consepir, foi no Palácio das Araucárias

moção à igualdade racial em nosso Estado. Foi muito inspirador ver a paixão e o comprometimento dos membros do conselho em relação à causa”, afirmou Leandre. Ainda de acordo com ela, o Paraná tem uma

visão clara e estratégica nas mais diversas frentes de trabalho relacionadas a esses grupos para combater o racismo e promover a inclusão social.

Na avaliação do presidente do Consepir, Saul Dor-

val, com a criação da Secretaria da Mulher e Igualdade Racial o conselho passa a compartilhar a responsabilidade de promoção de políticas públicas de igualdade racial. “O Consepir passa a ter uma pasta especifi-

ca para atender as demandas da sociedade civil. No comando da secretária Leandre e da professora Clemilda, vemos fortalecidas as preocupações das minorias”, afirmou.

Consepir

O Consepir tem por finalidade deliberar, executar, promover e desenvolver políticas públicas que promovam a igualdade racial para combater a discriminação étnico-racial. Ele é composto por 28 membros, sendo 50% de Secretarias de Estado e ou de entidades da administração indireta do Estado, que desenvolvam políticas afins, e 50% de representantes de entidades da sociedade civil organizada com atuação na promoção da igualdade racial no Estado do Paraná.

Aprovado projeto que combate importunação sexual no transporte de passageiros

Assessoria

A Assembleia Legislativa do Paraná aprovou, durante a sessão plenária dessa quarta-feira (1º), o projeto de lei 464/2021, que institui a campanha permanente de combate à importunação sexual no transporte rodoviário intermunicipal comercial de passageiros no Paraná. Por meio de ações afirmativas, educativas e preventivas, a medida pretende combater qualquer tipo de violência, protegendo a vida e a integridade dos passageiros no interior, no embarque e desembarque dos veículos. A matéria, que tramita na forma de um substitutivo geral da Comissão de Constitui-

ção e Justiça (CCJ), foi aprovada em primeira discussão.

De autoria do deputado Do Carmo (União Brasil), da deputada Cristina Silvestri (PSDB) e do ex-deputado Boca Aberta Junior, outro objetivo da campanha é coibir a violência contra a mulher, promovendo campanhas educativas para estimular denúncias de assédio sexual por parte da vítima. Por fim, visa garantir a segurança do serviço prestado em todo território estadual. A proposta não vale para o serviço de transporte coletivo metropolitano.

De acordo com o deputado Do Carmo, a matéria pretende preservar as garantias fundamentais da

dignidade feminina. “A mulher sofre esta violência em silêncio por que não sabe o que fazer ou, até mesmo por vergonha, se manifestar. Muitas vezes, se culpam pelo crime contra elas cometido”, diz a justificativa do texto.

Para a efetividade da campanha, o texto determina que as empresas que atuam no setor deverão fixar adesivos dentro de suas dependências e no interior dos veículos com informações sobre o crime de importunação sexual e os números dos órgãos para denúncia. Também deverão informar a todos os passageiros que os casos de assédio ou importunação sexual poderão ser

imediatamente relatados aos motoristas. As empresas poderão adotar medidas, em parceria com o setor público, privado e organizações da sociedade civil, para oferecer cursos de capacitação e treinamento para seus empregados sobre o tema.

As autoridades competentes poderão solicitar imagens de câmeras de monitoramento, informações do GPS ou qualquer outra tecnologia, caso existam, para colaborar com as investigações. A proposta diz ainda não é necessário que a vítima seja obrigada a registrar Notícia Criminal, sendo informada de seus direitos da forma mais discreta possível.



VAGAS EM PATO BRANCO

Ajudante de carga e descarga de mercadoria

Auxiliar de armazenamento

Auxiliar de fabricação nas indústrias de artefatos de cimento

Auxiliar de linha de produção

Cozinheiro geral

Lavador de automóveis

Operador de cobrança

Protético dentário

Vendedor interno

Zeladora

Os interessados devem comparecer na Agência do Trabalhador, Travessa Santo Cola, 102, Baixada